



ARTIGOS LIVRES

CULTURA DEMOCRÁTICA EM MEIO À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS NO BRASIL: UM OLHAR LONGITUDINAL

*DEMOCRATIC CULTURE AMID THE
THE CORONAVIRUS PANDEMIC IN
BRAZIL: A LONGITUDINAL APPROACH*

Diego Moraes* 

José Álvaro Moisés** 

* Instituto Sivis, Curitiba, PR, Brasil. diego@sivis.org.br

** Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Avançados (IEA), São Paulo, SP, Brasil. jamoises@usp.br

RESUMO

Este artigo parte dos dados do projeto Valores em Crise para discutir em que medida a cultura democrática foi afetada pela pandemia de covid-19 no Brasil. Tal projeto se valeu de uma abordagem de painéis longitudinais para avaliar os valores e atitudes sociopolíticas de uma amostra nacional de brasileiros em três momentos distintos da pandemia. Os resultados mostram uma ampla estabilidade na maioria das variáveis de cultura democrática ao longo da pandemia, sugerindo que a crise do coronavírus não afetou significativamente a cultura política dos brasileiros. Todavia, identificamos importantes variações no nível das desagregações sociodemográficas que merecem consideração. Concluimos que, embora em um primeiro momento a crise sanitária tenha fomentado algumas forças de capital social e de apoio às instituições, o contexto político altamente conturbado limitou qualquer oportunidade de se valer dessa situação para avançar nossa democracia.

Palavras-chave: Cultura Democrática; Valores em Crise; Democracia; Painel Longitudinal; Covid-19.

ABSTRACT

This article uses data from the Values in Crisis project to discuss the extent to which democratic culture was affected by the COVID-19 pandemic in Brazil. This project used a longitudinal panel approach to assess the sociopolitical values and attitudes of a national sample of Brazilians at three different moments of the pandemic. The results show broad stability in most variables of democratic culture throughout the pandemic, suggesting that the coronavirus crisis has not significantly affected the political culture of Brazilians. However, we have identified important variations in the level of sociodemographic disaggregation that deserve consideration. We conclude that, although at first the health crisis has fostered some forces of social capital and support for institutions, the highly troubled political context has limited any opportunity to take advantage of this situation to advance our democracy.

Keywords: Democratic Culture; Values in Crisis; Democracy; Longitudinal Panel; COVID-19.

INTRODUÇÃO: CULTURA DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE COVID-19

O cenário internacional foi poucas vezes tão crítico para as democracias liberais quanto o atual. O mais recente relatório da Freedom House constata que, nos últimos 16 anos, o número de países que regrediram nas mensurações de liberdades civis e direitos políticos em cada edição anual da pesquisa *Freedom in the World* superou o número de países que avançaram, de modo que a proporção da população mundial vivendo sob um regime livre caiu a 20,3%, menos da metade do que era cerca de uma década atrás (REPUCCI e SLIPOWITZ, 2022). Nessa mesma linha, o novo relatório do V-Dem Institute também destaca que em 2021 se observou um recorde de processos de autocratização nos últimos 50 anos, com 33 países que abrangem 36% da população mundial passando por uma deterioração do regime democrático, sendo que o Brasil está na infame lista dos 10 países que mais regrediram democraticamente na última década, ao lado de nações como Hungria, Polônia e Turquia (V-DEM, 2022).

Pode ainda ser cedo para avaliar qual papel a pandemia de covid-19 tem desempenhado nos processos de mudança política ao redor do globo, mas já parece certo que, tal como enfatizado pelo International IDEA em seu último relatório, a democracia se encontra numa encruzilhada no mundo pós-pandêmico: por um lado, um mundo cada vez mais autoritário, marcado não apenas por mais repressão em ambientes já autoritários, mas igualmente pelo uso de táticas autoritárias em regimes democráticos, arrisca a sobrevivência de normas e instituições democráticas; por outro, há sementes auspiciosas de inovação e reforma governamental sendo plantadas em diversos contextos, pois muitos governos e cidadãos percebem que as liberdades políticas básicas só sobreviverão se a democracia se adaptar e se revitalizar para as novas gerações, que enfrentam grandes desafios (INTERNATIONAL IDEA, 2021).

Para além da democracia no nível institucional, é necessário, contudo, também olhar para o nível da cultura e dos valores. Uma questão premente, nesse sentido, é qual o impacto da pandemia nos valores e atitudes políticas das populações de vários países. A tradição de estudos em cultura política sustenta que o funcionamento e a sobrevivência das instituições democráticas em nível sistêmico estão estreitamente ligados às orientações de valores em nível individual (ALMOND e VERBA, 1989), de modo que a prevalência de uma cultura cívica (ou, como alguns autores contemporâneos preferem chamá-la, uma cultura democrática) é essencial para a sustentabilidade da democracia em qualquer país (MOISÉS, 2011). Sendo assim, cabe indagar: as pessoas se tornaram mais ou menos democráticas com a pandemia? E qual efeito esperar que essa possível mudança tenha sobre o regime? Com vistas a responder a essas e outras perguntas, foi elaborado em 2020 o projeto Valores em Crise, cuja aplicação foi concluída no Brasil em 2022 sob a gerência do Instituto SIVIS em parceria com o Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

Para ser mais preciso, o início do projeto remonta a meados de abril de 2020, quando, frente ao recrudescimento da crise do coronavírus no mundo, pesquisadores ligados à World Values Survey Association, associação responsável pela criação e gerenciamento

da maior e mais profunda pesquisa mundial de valores, lançaram um convite para grupos de pesquisa do mundo todo participarem de um novo projeto liderado pelo vice-presidente da associação, Professor Christian Welzel (Leuphana University of Lueneburg), com a finalidade de estudar os valores morais de diversos povos em três momentos: durante o primeiro pico da crise do coronavírus (primeira onda), quando a crise começasse a arrefecer (segunda onda) e logo que os países passassem a retomar a normalidade da vida coletiva (terceira onda). Formou-se, então, um consórcio internacional de cerca de 20 países com vistas a estudar longitudinalmente os efeitos da pandemia de covid-19 sobre os valores morais e a cultura política dos povos.

O projeto parte da ideia de que as pessoas têm um senso intuitivo sobre o certo e o errado, sobre o que é justo e o que não é, sendo que os valores morais e políticos determinam como elas julgam situações e outras pessoas e, portanto, como elas se comportam em diferentes contextos sociais. A distribuição agregada de valores em uma determinada população molda os padrões predominantes de comportamento humano, que, por sua vez, orientam o desenvolvimento geral da sociedade (INGLEHART e WELZEL, 2009). Por essas razões, os valores morais e políticos são de relevância crítica para o bem-estar da sociedade e para o avanço da democracia.

A literatura especializada sustenta que os valores morais e políticos das pessoas tomam forma durante a fase formativa de socialização, sendo que a maioria das pessoas a finaliza por volta dos 25 anos (INGLEHART, 2016). Os valores que as pessoas internalizaram até então são considerados estáveis pelo resto da vida. Todavia, essa continuidade não exclui inteiramente ajustes momentâneos (como, por exemplo, a avaliação das pessoas acerca da relação entre liberdade versus segurança) em resposta a mudanças situacionais. Via de regra, esses ajustes ocorrem, no entanto, em torno de pontos estáveis, que perduram por toda a vida das pessoas. Portanto, os estudiosos presumem que mudanças substantivas de valor, em escala de massa, só acontecem por meio da substituição geracional, que é um processo lento, que ocorre em “ritmo glacial”. Mudanças rápidas exigiriam que muitas pessoas alterassem significativamente seus valores dentro de um curto espaço de tempo. As evidências disponíveis sugerem que isso não acontece em circunstâncias usuais.

Todavia, pouco se sabe, até o momento, se a “estabilidade glacial” dos valores que observamos rotineiramente em tempos normais persiste em tempos altamente incomuns, quando uma crise repentina de proporções maciças atinge uma sociedade inteira. A evidência conclusiva que permitiria responder a essa questão é escassa, já que há pouca ou nenhuma pesquisa que examine os valores das pessoas ao longo de uma crise incisiva. Nesse sentido, cabe lembrar que a pandemia de covid-19 é, sem dúvida, uma das mais dramáticas crises sociais desde a Segunda Guerra Mundial. A disseminação do coronavírus rapidamente alcançou escala global, progredindo em alta velocidade e restringindo severamente o cotidiano de bilhões de pessoas em todo o mundo. Governos em dezenas de países impuseram limitações à mobilidade das pessoas em diversos momentos, as quais se desligaram amplamente da vida pública. Essas medidas se assemelharam aos toques de recolher que são conhecidos apenas em estados de emergência, como em tempos de guerra.

Nesse cenário, a trágica pandemia nos ofereceu uma oportunidade única para estudar como os valores morais e políticos das pessoas se comportam em tempos de crise. Diante da falta de evidências, não podemos dar como certo que a estabilidade dos valores observados em tempos normais continuaria durante a crise do coronavírus. Essa incerteza abre novos territórios e levanta várias questões iminentes de pesquisa: a pandemia de covid-19 afeta os valores pessoais? Em outras palavras, as pessoas mudam seus valores sob a marca dessa crise? Se sim, qual a amplitude dessas mudanças? E se essas mudanças são significativas, em que direção elas se movem? Finalmente, quão duradouras são essas mudanças quando o fim da crise está à vista e as suas consequências econômicas e sociais começam a ser superadas?

Informada por várias versões das teorias da insegurança existencial, uma possível hipótese postula que o surgimento repentino de ansiedades existenciais causaria mudanças de valor em uma direção protetora entre aqueles que sentem essas ansiedades de maneira mais aguda. Essa mudança protetora de valores levaria as pessoas a dar maior ênfase à segurança, à ordem, à autoridade, à uniformidade e ao conformismo. Como resultado, a confiança em desconhecidos, a tolerância à pluralidade e a solidariedade transcendente seriam enfraquecidas, levando as pessoas a ceder, por exemplo, aos apelos de líderes autoritários. Se perseverassem, as consequências de tais mudanças de mentalidade para o apoio público à democracia seriam terríveis.

Como hipótese alternativa, podemos considerar também que a percepção da pandemia não necessariamente se equipara à percepção de ameaças existenciais caracterizadas por hostilidades de grupo, como no caso de guerras ou terrorismo, quando um grupo ameaça a existência do outro. Ao contrário dessas ameaças específicas, as pandemias são inerentemente universais, porque ameaçam a todos, independentemente de classe social, etnia ou religião, embora indivíduos em estado de maior vulnerabilidade social tendam a sofrer mais (SILVA e MONT'ALVERNE, 2020). Portanto, é uma hipótese plausível que a própria universalidade inerente à ameaça da pandemia de covid-19 fortaleceria um senso generalizado de sobrevivência e de humanidade nas pessoas. Nesse caso, a confiança em desconhecidos, a tolerância à pluralidade e a solidariedade transcendente seriam potencializadas e, ao mesmo tempo, haveria uma diminuição do apelo irrestrito à ordem e a governos autoritários. Sendo assim, o apoio público à democracia não sofreria, mas, pelo contrário, poderia se beneficiar desse momento.

Para investigar essas e outras possibilidades, implementamos um estudo de painel longitudinal a fim de examinar as mesmas pessoas nas diferentes etapas da pandemia de covid-19 no Brasil. O objetivo foi indagar como a percepção desses entrevistados sobre a crise se transformou ao longo do tempo e como essas mudanças de perspectiva afetaram seus valores morais e orientações sociopolíticas. Os entrevistados foram recrutados de uma amostra não-probabilística estratificada por cotas que representavam as principais características sociodemográficas da população brasileira em termos de sexo, faixa etária, escolaridade e região de moradia segundo as informações do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2020). Para realizar a pesquisa, foi contratada a

Netquest, uma empresa de pesquisas via painel online, que administrou a aplicação do questionário virtualmente à amostra de painelistas selecionada a partir dos critérios de estratificação. A pesquisa foi viabilizada por meio de financiamento do Instituto Votorantim e da Embaixada do Reino dos Países Baixos, bem como de recursos próprios do Sivis e do IEA-USP.

O planejamento da pesquisa compreendeu a aplicação de três ondas do painel programadas da seguinte forma: onda 1 – “No meio da crise” (aplicada em maio/junho de 2020, no primeiro pico da pandemia no país, quando medidas como quarentena e toque de recolher estavam começando a ser implementadas com maior rigor); onda 2 – “Fim à vista” (aplicada em janeiro/fevereiro de 2021, quando a vacinação começou no país); onda 3 – “Em recuperação” (aplicada em setembro/outubro de 2021, quando os casos de infecção e óbito começaram a diminuir significativamente e a vacinação já alcançava cerca de 70% da população brasileira). A primeira onda contou com 3.543 respondentes, ao passo que, na segunda onda, foram obtidas respostas de 1.929 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de retenção de 55% do painel. Já na terceira onda, mantiveram-se 1.301 respondentes, correspondendo a uma taxa de retenção de 67% em relação à segunda onda e de 37% em relação à primeira.¹

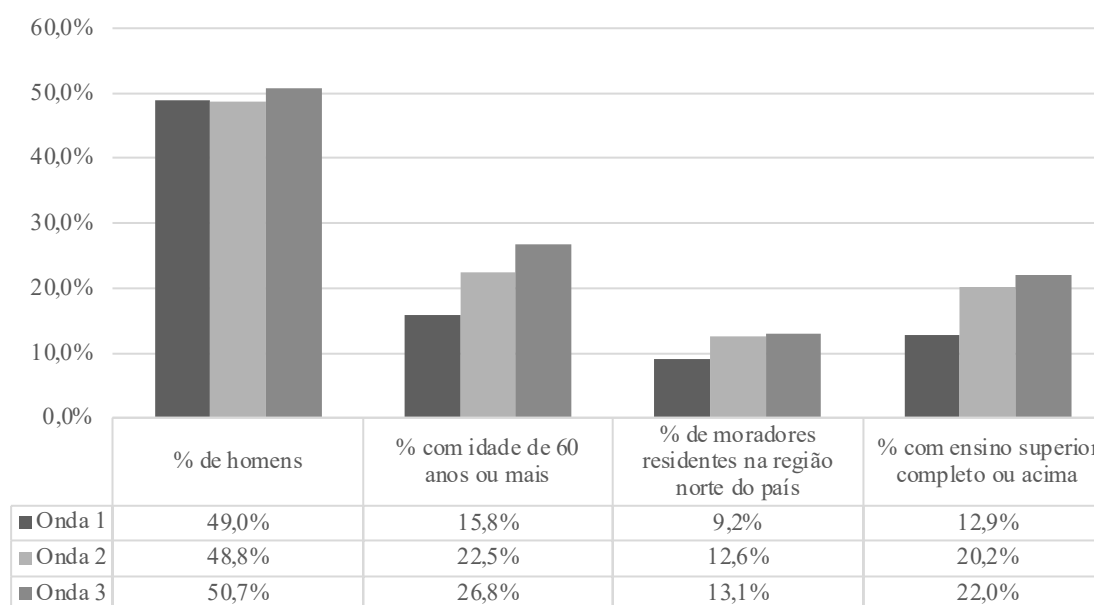
A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, podemos verificar que houve uma distorção das características populacionais quando comparamos o total de respondentes entre as ondas, sendo que o número final de entrevistados que responderam a todas corresponde a uma população consideravelmente mais velha e mais escolarizada do que a média brasileira. Contudo, não se trata de um problema em si, já que tal tipo de distorção é em certa medida até esperado nos estudos de painel longitudinal. Normalmente, as explicações para que os indivíduos abandonem os painéis longitudinais são referentes aos custos de oportunidade de cada um, isto é, o quanto o indivíduo julga que participar do painel está, por exemplo, tomando um tempo importante que poderia ser gasto fazendo outra coisa, de modo que o benefício de participar não mais compensa o tempo investido. Nesse sentido, o fato de os mais velhos geralmente terem mais tempo livre colabora para que eles permaneçam no painel, e o mesmo pode ser dito sobre a tendência de os mais escolarizados serem mais conectados e interessados nesse tipo de pesquisa. Em todo caso, é importante frisar que, pela própria natureza longitudinal da pesquisa, o maior interesse dos estudos de painel se encontra justamente sobre a análise dos indivíduos ao longo do tempo, e não sobre a manutenção estática das suas características sociodemográficas.

Com esta base de dados longitudinal em mãos, é possível, então, avaliar em que medida a pandemia afetou variáveis-chave da cultura democrática, como a adesão à democracia ou a confiança nas instituições, em uma amostra substantiva da população brasileira. Nesse sentido, o presente artigo se insere em uma longa tradição de estudos que aponta que a simples existência de instituições democráticas criadas de cima para baixo não é suficiente para garantir a estabilidade política, pois, a menos que os cidadãos tenham fé nessas instituições, a democracia pode se tornar algo destituído

¹ A base de dados integrada das três ondas da pesquisa em painel longitudinal pode ser baixada no site: <https://sivis.org.br/microdadosvic-2/>.

de significado e ser usada para legitimar práticas autoritárias (BAQUERO, 2003, p. 84). No que se refere especificamente ao caso brasileiro, há uma ampla literatura histórica apontando as raízes da vigência de uma frágil cultura democrática entre os nossos cidadãos (CARVALHO, 2001; FAORO, 2012; HOLANDA, 2015). Ademais, há também uma robusta literatura empírica recente que se vale de diversas pesquisas de opinião pública para demonstrar a debilidade das normas e dos valores democráticos entre os brasileiros (MOISÉS, 1995, 2008; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2016; MENEGUELLO, 2006). O ponto de partida do estudo aqui apresentado leva conta uma hipótese levantada recentemente por alguns estudiosos da democracia contemporânea, que afirmam que o apoio ao populismo tem colapsado ao redor do mundo com a pandemia de covid-19, ao mesmo tempo em que o apoio à democracia e a satisfação com o regime permanecem frágeis (FOA et al., 2022). Na seção seguinte discutimos essa hipótese e suas implicações mais detidamente.

Gráfico 1 – Características sociodemográficas que mais ganharam peso ao longo das ondas de pesquisa



Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

DEMOCRACIA E POPULISMO NO PÓS-PANDEMIA: A HIPÓTESE DO “GRANDE RESET”

Em meados de 2020, ainda no começo da pandemia de covid-19, o fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, propôs que encarássemos a pandemia como uma nova razão e urgência para repensar a economia mundial. Nas suas palavras, a crise do coronavírus nos pressionaria mais do que nunca a realizar um “grande reset” das estruturas econômicas e produtivas globais, com a finalidade de conduzir os mercados a resultados mais justos, assegurar que os investimentos impulsionem metas

compartilhadas, como sustentabilidade e igualdade, e aproveitar as inovações da Quarta Revolução Industrial para favorecer o bem comum, especialmente enfrentando nossos desafios sociais e sanitários (SCHWAB, 2020). Pegando emprestada essa metáfora, pesquisadores do Centre for the Future of Democracy, na Universidade de Cambridge, trouxeram para o âmbito da política um questionamento semelhante: será que a era pós-pandemia oferece a perspectiva de mais do mesmo em termos políticos ou provará ser um evento de “grande reset”, que muda completamente o cenário da opinião pública e tendências sociais e políticas relevantes?

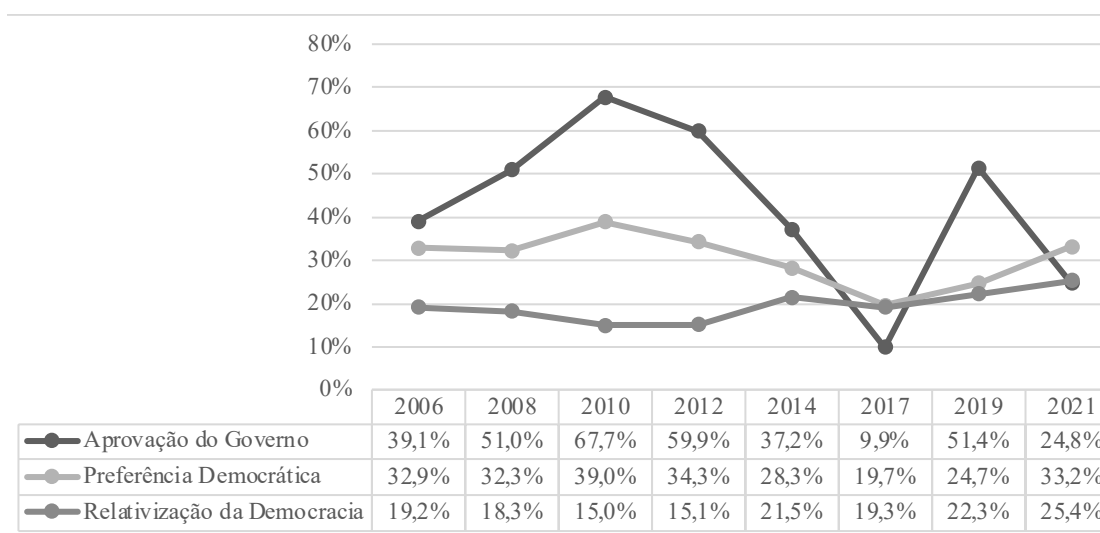
Uma das conclusões mais instigantes oferecidas pelos pesquisadores de Cambridge é a de que, embora a adesão e a satisfação com a democracia permaneçam frágeis, o apoio ao populismo colapsou globalmente durante a pandemia de covid-19, de modo que o ambiente político pós-pandêmico deverá se mostrar menos convidativo às estratégias populistas de mobilização e sustentação de suas bases (FOA et al., 2022). Em outras palavras, os resultados desta pesquisa sugerem que, de fato, a pandemia teve um impacto profundo e possivelmente duradouro sobre os valores e atitudes das pessoas, podendo significar o início de um “grande reset” que reverta a onda populista que tem assolado o mundo desde o começo dos anos 2010. Dentre as principais razões para esse fenômeno, estaria o fato de que os líderes populistas lidaram mal com a crise do coronavírus, frequentemente subestimando a letalidade do vírus e implementando políticas menos abrangentes e rigorosas para enfrentar a pandemia (BAYERLEIN et al., 2021); a polarização partidária, que se suavizou com a emergência da pandemia, na esteira de um crescente sentimento de unidade e desafios compartilhados (LOUWERSE et al., 2021); o fato de que a pandemia reduziu a divisão econômica global, de modo que regiões periféricas antes esquecidas pela globalização têm recuperado importância econômica, ao passo que os grandes centros do capitalismo global, como Nova Iorque, Londres ou Milão, foram as áreas mais atingidas pela crise do coronavírus (FOA et al., 2022).

Estudos sobre o caso brasileiro, todavia, têm indicado um cenário distinto, menos promissor para o futuro da nossa democracia. A bem da verdade, no início da pandemia, alguns analistas sugeriram que, apesar das trágicas consequências humanas, os efeitos da crise do coronavírus sobre a saúde da democracia brasileira poderiam ser auspiciosos, na medida em que exporiam as fraquezas e tendências antidemocráticas do atual governo, impulsionando uma coalizão de oposição entre as elites políticas e econômicas (SMITH, 2020). Porém, hoje, quase três anos após o início da pandemia, o cenário político no país parece dar menos razões para sermos esperançosos. Estudos recentes têm sugerido que, apesar da condução desastrosa da pandemia por parte do governo federal, o contingente de apoio ao presidente da República e às suas políticas populistas segue bastante estável no âmbito de uma minoria fervorosamente defensora de Jair Bolsonaro (RENNÓ, AVRITZER e CARVALHO, 2021).

O Gráfico 2 apresenta dados da série histórica do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) referentes a três variáveis-chave: aprovação do governo (% de indivíduos que consideram que o presidente da República está realizando um trabalho

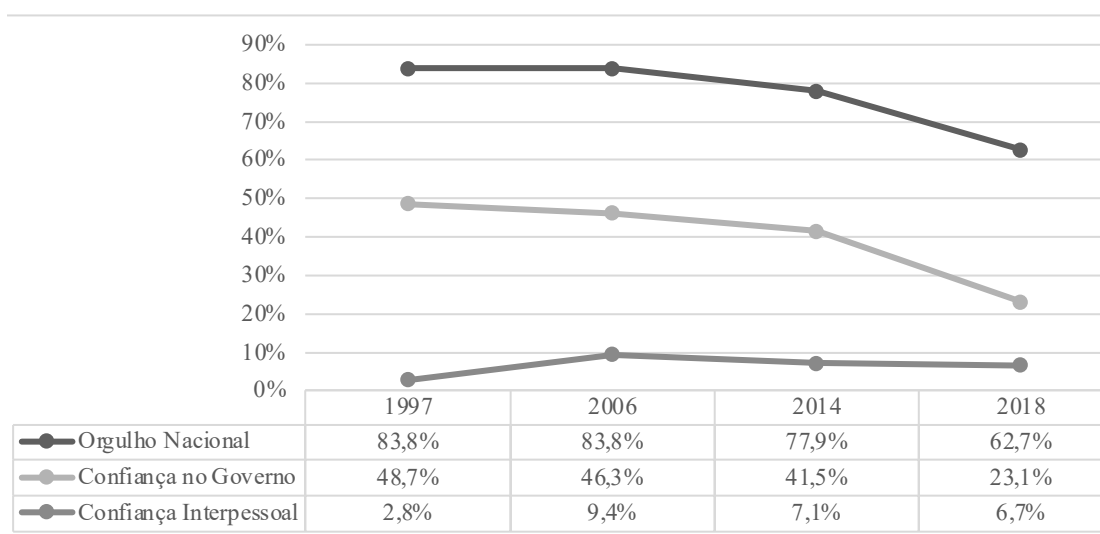
bom ou muito bom); preferência democrática (% de indivíduos que concorda muito que a democracia tem seus problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo); relativização da democracia (% de indivíduos que acredita que quando o país está enfrentando dificuldades, é justificável que o presidente da República feche o Congresso e governe sozinho). Os dados mostram que, apesar de uma queda considerável, a aprovação do Governo Bolsonaro ainda alcança cerca de 25% da população, mesmo após o início da pandemia em 2020, sendo substancialmente maior do que a menor taxa de aprovação da série referente ao Governo Temer em 2017. Por outro lado, a preferência democrática experimentou um crescimento nas últimas mensurações, tendo chegado a 33%, ao passo que a relativização do regime também tem passado por um leve aumento, alcançando 25% da população.

Gráfico 2 - Evolução histórica das variáveis de aprovação do governo e de preferência e relativização da democracia



Fonte: LAPOP (2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2017, 2019, 2021).

Exercício semelhante pode ser feito com os dados do World Values Survey (WVS) apresentados no Gráfico 3, que compreendem algumas variáveis-chave de cultura democrática, embora não cubram o período pandêmico recente. As variáveis analisadas são as seguintes: orgulho nacional (% de indivíduos que dizem ter bastante ou muito orgulho de serem brasileiros); confiança no governo (% de indivíduos que dizem confiar bastante ou muito no governo); confiança interpessoal (% de indivíduos que acreditam que a maioria das pessoas é confiável). Os dados revelam que o orgulho nacional tem caído sistematicamente, encontrando-se no nível mais baixo da série histórica na última mensuração (62,7%), e o mesmo acontece com a confiança no governo, que em 2018 ficou em 23,1%, ante os 48,7% que haviam sido registrados em 1997. A confiança interpessoal, no entanto, apresentou oscilação menos uniforme, tendo aumentado para o pico da série histórica em 2006 (9,4%) e depois regredido para patamares inferiores, sem, contudo, cair próximo ao nível mais baixo observado no início da série (2,8%).

Gráfico 3 - Evolução histórica das variáveis de orgulho nacional e confiança no governo e nas pessoas

Fonte: Inglehart et al. (2020).

O cenário desenhado pelos dados do LAPOP nos sugere uma situação diferente daquela retratada pelos pesquisadores de Cambridge a partir da hipótese do “grande reset”. Podemos ver que a aprovação do governo cai, mas ainda é considerável, ao mesmo tempo em que a preferência e a relativização da democracia sofrem apenas oscilações marginais. Paralelamente, a série histórica de dados do WVS sobre confiança e orgulho nacional revela uma deterioração constante das bases culturais da democracia brasileira à beira da eclosão da crise do coronavírus em 2020. A fim de destrinchar mais a fundo esse cenário, voltaremos agora o olhar aos dados do projeto Valores em Crise, que, por sua natureza de painel longitudinal, investigou especificamente os mesmos indivíduos em três momentos diferentes da pandemia, de modo que nos permitirá aferir com mais precisão os efeitos da crise sobre os valores e atitudes políticas dos cidadãos brasileiros.

RESULTADOS DO PROJETO VALORES EM CRISE NO BRASIL

Analisaremos aqui a variação de alguns indicadores mensurados no projeto Valores em Crise com enfoque sobre três estratos sociodemográficos e considerando apenas os 1.301 indivíduos que responderam às três ondas da pesquisa, de modo a ser possível estabelecer uma comparação adequada ao longo do tempo. Em primeiro lugar, examinaremos tais indicadores à luz de coortes geracionais, a saber: jovens (entre 18 e 35 anos)², adultos (entre 36 e 59 anos) e idosos (a partir de 60 anos). Uma literatura recente tem apontado a relevância do fator etário para entender a crise democrática contemporânea, destacando que, globalmente, a satisfação dos jovens com a

² À primeira vista, pode parecer estranho o enquadramento dos “jovens” em uma coorte que vai até os 35 anos. Porém, é preciso considerar que tal concepção está de acordo com as práticas correntes de diversas pesquisas que ainda usam a “geração dos millenials” como proxy da juventude, a qual comumente se estende dos indivíduos nascidos no início da década de 1980 até aqueles nascidos em meados dos anos 1990 (Cf.: FOA et al., 2020). Isso porque muitos dos indivíduos da “geração Z”, isto é, aqueles nascidos entre meados da década de 1990 e início dos anos 2010, não respondem esse tipo de pesquisa por ainda não terem alcançado a maioridade.

democracia está diminuindo (FOA et al., 2020). Em segundo lugar, examinaremos tais indicadores à luz de estratos de classes sociais, a saber: classe alta (classes A e B1), classe média (classes B2 e C1), e classe baixa (classes C2, D e E)³. Segundo teorias contemporâneas do desenvolvimento humano, a progressão socioeconômica gera as capacidades objetivas que permitem às pessoas basear suas vidas em escolhas autônomas, com ênfase crescente em valores de autoexpressão e, conseqüentemente, apoio à democracia (INGLEHART e WELZEL, 2009). Por fim, examinaremos os indicadores à luz de cortes do espaço geográfico, a saber: cidade grande (residência em cidade grande ou subúrbio/periferia de uma grande cidade); e cidade pequena (residência em cidade pequena, vila do interior ou um sítio/casa na zona rural)⁴. Tendo em vista a já discutida relevância da divisão geográfica para explicar o fenômeno do populismo, e como a pandemia afetou diferentemente regiões centrais e interioranas, julgamos ser importante considerar essa dimensão espacial em nossas análises.

Começando pela variável de aprovação do governo, no projeto Valores em Crise, foi perguntado quão bem ou mal o indivíduo avaliava o modo como o governo estava enfrentando a crise do coronavírus. A Tabela 1 apresenta a variação em termos de respostas positivas (está enfrentando bem ou está enfrentando muito bem) em relação ao enfrentamento da pandemia pelo governo segundo os estratos sociodemográficos supracitados. Os dados indicam uma ampla estabilidade da aprovação do governo, que, embora diferente da variável de aprovação apresentada anteriormente a partir dos dados do LAPOP, encontra-se em patamares semelhantes de cerca de 25%, mesmo após uma gestão altamente conturbada da pandemia ao longo dos últimos três anos. As únicas variações mais substantivas, acima dos 5% entre a primeira e a última onda, ocorreram para cima e entre os grupos de idosos (indivíduos com 60 anos ou mais) e classe alta (indivíduos pertencentes as classes A ou B1). Se, por um lado, em certo sentido pode ser até esperado que as classes mais abastadas, as quais foram menos afetadas pela pandemia, mantenham ou até elevem seu apoio ao governo, por outro, parece contraintuitivo que os idosos, os quais foram desde o início da pandemia o principal grupo de risco afetado pelo coronavírus, tenham aumentado seu apoio a um governo que constantemente subestimou a nocividade da doença.

Passando para a variável de preferência democrática, no projeto Valores em Crise foi perguntado em que medida os indivíduos concordam ou discordam que, apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. A Tabela 2 apresenta a variação em termos de concordância total com essa proposição segundo os cortes sociodemográficos anteriormente estabelecidos. Nesse caso, a estabilidade da variável ao longo da pandemia se mostra ainda maior, de modo que não houve qualquer variação mais substantiva, acima dos 5%, em qualquer um dos estratos sociodemográficos. O que parece ter ocorrido, em várias circunstâncias, foi um pequeno recuo da preferência democrática entre as ondas 1 e 2, ao passo que, posteriormente,

³ O indicador de classe social é coletado pela própria empresa de pesquisas via painel online com todos os seus painelistas, utilizando o Critério Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) para classificar os respondentes (ABEP, 2021).

⁴ Tal divisão se baseou em uma pergunta de múltipla escolha do questionário sobre como o respondente descreveria a sua região de moradia, com cinco alternativas: A) uma cidade grande; B) uma periferia de cidade grande; C) uma cidade pequena; D) uma vila do interior; E) um sítio na zona rural. Agregamos as duas primeiras alternativas (A e B) para definir “cidade grande” e as três últimas (C, D e E) para definir “cidade pequena”.

ocorreu uma leve retomada na onda 3, garantindo assim a estagnação da variável. Cabe assinalar que esse movimento de retomada ocorreu principalmente entre os segmentos de renda média, entre os adultos e entre os residentes de grandes cidades; ou seja, um resultado em grande parte consoante com a tradição de pesquisa nessa área. Há que se notar, contudo, que os níveis gerais de preferência democrática encontrados no nosso painel são consideravelmente maiores do que aqueles encontrados na última mensuração do LAPOP, apesar de as questões operacionalizadas serem bastante semelhantes. É preciso lembrar, também, que nosso painel possui uma proporção maior de indivíduos mais velhos e mais escolarizados, o que o torna ligeiramente destoante da realidade sociodemográfica nacional e pode explicar essa diferença.

Tabela 1 – Taxa de aprovação do governo no enfrentamento da pandemia segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	17,3%	13,6%	17,0%
Adultos	23,5%	24,1%	24,2%
Idosos	31,7%	32,5%	37,9%*
Classe alta	25,4%	27,8%	32,4%*
Classe média	24,2%	24,2%	26,5%
Classe baixa	22,2%	19,1%	20,6%
Cidade grande	21,4%	22,8%	25,6%
Cidade pequena	26,6%	24,4%	26,7%
Total	23,8%	23,5%	26,1%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Tabela 2 – Taxa de preferência democrática segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	43,3%	41,7%	38,8%
Adultos	45,7%	44,2%	46,6%
Idosos	59,9%	60,1%	63,5%
Classe alta	62,7%	63,7%	66,8%
Classe média	54,1%	49,9%	51,4%
Classe baixa	29,3%	31,3%	31,9%
Cidade grande	53,5%	51,8%	54,1%
Cidade pequena	43,1%	42,6%	42,7%
Total	48,6%	47,7%	49,1%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Voltando o olhar para a variável de relativização da democracia, no projeto Valores em Crise foi perguntado em que medida os indivíduos concordam ou discordam que, quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população. A Tabela 3 apresenta a variação em termos de concordância total com essa proposição de acordo com os estratos sociodemográficos. No caso dessa variável, apesar de também haver uma ampla estabilidade entre as ondas, observamos duas oscilações substantivas, ambas em cortes geracionais: por um lado, os jovens diminuíram sua disposição a relativizar a democracia em quase 10%, aparecendo agora como o grupo etário que menos concorda com a ideia de que o governo pode fazer o que bem entender com a finalidade de resolver uma crise, ao passo que, por outro, os idosos aumentaram em 7% sua disposição para aceitar tal relativização, demonstrando menor tolerância com relação aos processos e mecanismos de freios e contrapesos das instituições democráticas em cenários de crise; finalmente, embora com pequena intensidade quando comparado com os demais grupos, os segmentos de baixa renda também diminuíram levemente a aceitação de que o governo possa romper com as regras democráticas para enfrentar uma crise. Embora não seja exatamente a mesma pergunta, é possível também traçar um paralelo entre a variável de relativização da democracia do LAPOP e a mensurada no projeto Valores em Crise, sendo que ambas indicam uma taxa de relativização ao redor de 25% no agregado, taxa essa que permaneceu relativamente estável ao longo da pandemia.

Tabela 3 – Taxa de relativização da democracia segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	26,0%	20,9%	17,0%*
Adultos	25,1%	30,4%	27,3%
Idosos	25,2%	28,1%	32,2%*
Classe alta	21,2%	20,9%	21,8%
Classe média	25,2%	27,5%	26,7%
Classe baixa	28,5%	31,6%	27,8%
Cidade grande	24,0%	27,0%	25,7%
Cidade pequena	26,9%	27,7%	26,4%
Total	25,4%	27,3%	26,0%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Considerando agora a variável de orgulho nacional, no projeto Valores em Crise foi perguntado quão orgulhosos os indivíduos se sentiam de ser cidadãos brasileiros, sendo que a Tabela 4 apresenta a variação percentual em termos de cidadãos que se dizem muito ou bastante orgulhosos de acordo com os estratos sociodemográficos.

Mais uma vez, observamos uma ampla estabilidade entre as ondas, com exceção de dois grupos sociodemográficos que apresentaram queda considerável na manifestação de orgulho nacional: idosos (de 72,8% na onda 1 para 67,7% na onda 3) e classe alta (de 66% na onda 1 para 59,9% na onda 3); embora mais leve, também o segmento dos mais jovens demonstrou queda na manifestação de orgulho, embora nesse caso da segunda para a terceira onda (49,4% para 45,1%). Tais resultados sugerem o crescimento de um descontentamento com cenário nacional entre indivíduos mais velhos, mais abastados e, com menor intensidade, mais jovens. Em termos de valor agregado, a variação total entre as ondas da pesquisa revela porcentagens bastante próximas daquela que havia sido mensurada na última edição do WVS (62,7%) a partir de uma questão similar, o que sugere que as ondas do painel corroboram a tendência de queda no orgulho nacional identificada nas pesquisas do WVS, embora não aponte uma intensificação do declínio no período recente, indicando que a queda não se deve especificamente à experiência da pandemia.

Tabela 4 – Taxa de orgulho nacional segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	48,3%	49,4%	45,1%
Adultos	62,1%	59,8%	61,7%
Idosos	72,8%	72,1%	67,7%*
Classe alta	66,0%	64,0%	59,9%*
Classe média	61,1%	60,3%	61,7%
Classe baixa	57,3%	57,5%	53,5%
Cidade grande	61,0%	60,2%	58,4%
Cidade pequena	60,9%	60,3%	60,0%
Total	61,0%	60,3%	59,1%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Deslocando o enfoque para as variáveis de confiança, no projeto Valores em Crise foi perguntado quanta confiança os indivíduos têm no governo, sendo que a Tabela 5 apresenta a variação percentual em termos de muita e alguma confiança manifestada pelos respondentes ao longo das ondas e de acordo com os cortes demográficos. Como pode ser visto, essa variável registrou absoluta estagnação entre as ondas, não tendo sido identificada nenhuma variação substantiva entre a primeira e a última aplicação da pesquisa em nenhum estrato sociodemográfico, o que nos leva a crer que a pandemia de covid-19 não afetou positiva ou negativamente a confiança no governo nesse período. Em comparação com a taxa de confiança registrada na última mensuração do WVS (23,1%), constatamos que os valores agregados observados no nosso painel são consideravelmente superiores, o que, mais uma vez, pode ser explicado pela maior

concentração de indivíduos mais velhos e mais escolarizados em nossa base do que na população nacional.

Tabela 5 – Taxa de confiança no governo segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	19,8%	22,9%	22,1%
Adultos	31,4%	33,0%	33,1%
Idosos	43,5%	44,4%	44,5%
Classe alta	33,1%	38,6%	37,8%
Classe média	31,4%	34,7%	33,9%
Classe baixa	29,6%	26,5%	29,2%
Cidade grande	28,8%	33,2%	32,0%
Cidade pequena	33,9%	33,3%	35,2%
Total	31,2%	33,3%	33,4%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Uma variável que também julgamos ser importante apresentar aqui, embora não tenha sido mensurada pelas séries históricas do WVS ou do LAPOP, diz respeito à confiança nas instituições do nosso país como um todo. Cabe observar que essa pergunta do nosso questionário não especifica confiança em quais instituições em particular, mas, sim, no ambiente institucional em geral. A Tabela 6 apresenta a variação em termos de muita ou alguma confiança que os indivíduos dizem ter nas instituições brasileiras segundo os estratos sociodemográficos. Diferentemente das variáveis anteriores, a confiança nas instituições demonstrou passar por oscilações substantivas em praticamente todos os cortes sociodemográficos, sendo o de classe baixa a única exceção, e todas em direção ascendente, de modo que podemos observar um crescimento notável da confiança institucional no nosso painel longitudinal ao longo da pandemia. Alguns estratos chegaram a registrar aumento de confiança igual ou superior a 10% entre a primeira e a última onda, como é o caso dos idosos (cerca de 13%), dos jovens (9,8%), da classe alta (cerca de 20%), da classe média (cerca de 11%) e dos habitantes de cidades grandes (cerca de 12%), fazendo com que o agregado da variação, independentemente dos estratos, também fosse significativo (cerca de 10%). Uma hipótese para explicar esse resultado positivo se refere ao fato de que, em face à sua gravidade, a crise da pandemia acabou por forçar praticamente todas as instituições democráticas a agirem, a exemplo do Congresso, que votou o auxílio emergencial, o STF, que decidiu pela autorização para que estados e municípios adotassem medidas preventivas, e o Executivo a ceder à pressão da mídia, da opinião pública e da CPI do Senado, e comprar as vacinas de proteção contra o vírus. Com mais ação das instituições, esse resultado sugere que, ao menos

em termos de confiança institucional, a pandemia teve, sim, um efeito revigorante para a democracia brasileira.

Tabela 6 – Taxa de confiança nas instituições segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	34,1%	39,7%	43,9%*
Adultos	36,1%	38,2%	45,1%*
Idosos	32,6%	39,4%	46,0%*
Classe alta	30,8%	42,1%	50%*
Classe média	35,8%	39,9%	47,1%*
Classe baixa	35,4%	34,5%	37,5%
Cidade grande	34,3%	37,9%	45,9%*
Cidade pequena	35,1%	40,2%	43,9%*
Total	34,7%	38,9%	45,0%*

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Por fim, uma variável fundamental do ponto de vista da cultura cívica diz respeito à confiança nas pessoas, base do capital social, também conhecida como confiança interpessoal. O projeto Valores em Crise pediu para que os indivíduos avaliassem, em uma escala de 1 a 10, em que medida eles acreditavam que a maioria das pessoas iria tirar vantagem deles se tivesse a oportunidade ou, pelo contrário, buscaria ser justa. A Tabela 7 apresenta a variação percentual daqueles que disseram acreditar que a maioria das pessoas buscaria ser justa ao longo das três ondas da pesquisa e segundo os estratos demográficos pré-estabelecidos. Novamente, verificamos uma enorme estagnação nas porcentagens dessa variável, de modo que nenhum corte sociodemográfico apresenta variação substantiva entre a primeira e a última onda da pesquisa. Com isso, podemos inferir que a pandemia de covid-19 pouco afetou o processo de formação de capital social no país, embora eventos de natureza catastrófica comumente contribuam para a geração de um senso comunitário ou de unidade nacional. Ao comparar os dados de confiança interpessoal do painel com a última mensuração do WVS (6,7%), verificamos um patamar ligeiramente superior de confiança nas pessoas, o que, mais uma vez, pode ser explicado pelas características sociodemográficas específicas da nossa amostra. Uma hipótese explicativa tem relação com o fato de que as medidas de contenção e de prevenção contra a expansão do vírus tenderam a isolar as pessoas, mantendo-as em resguardo, muitas vezes em suas próprias casas, e, assim, sem dar oportunidade de ações coletivas.

Tabela 7 – Taxa de confiança interpessoal segundo estratos sociodemográficos ao longo das ondas da pesquisa (n = 1.301 em cada onda)

	<i>Onda 1 Mai/Jun 2020</i>	<i>Onda 2 Jan/Fev 2021</i>	<i>Onda 3 Set/Out 2021</i>
Jovens	8,1%	8,1%	9,4%
Adultos	11,3%	9,6%	9,8%
Idosos	7,5%	7,7%	9,8%
Classe alta	6,2%	6,6%	6,9%
Classe média	9,1%	8,7%	9,7%
Classe baixa	12,4%	10,3%	11,7%
Cidade grande	9,2%	8,4%	9,7%
Cidade pequena	9,8%	9,1%	9,7%
Total	9,5%	8,7%	9,7%

* Variações acima de 5%.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Um dos achados mais interessantes desta pesquisa diz respeito ao aumento da disposição dos mais idosos em relativizar a democracia, aceitando que o chefe do Executivo possa passar por cima das instituições e do Congresso para resolver situações de crise. Condizente com essa perspectiva, a faixa etária dos idosos registrou, por um lado, considerável elevação na aprovação do governo no enfrentamento da pandemia, ao passo que, por outro, apresentou importante diminuição na variável de orgulho nacional no período. Contrariamente ao que vem sendo observado em outros países (FOA et al., 2020), os indivíduos mais velhos no Brasil não parecem ser dotados de maior vigor na defesa do regime democrático em comparação com os mais jovens, pelo menos no que se refere aos efeitos do período pandêmico recente. Os jovens, pelo contrário, podem ser considerados como um contraponto positivo para as perspectivas de defesa e fortalecimento da democracia no nosso país.

Todavia, há que se observar que, no que se refere às variáveis de preferência democrática, confiança no governo e nas instituições, os idosos apresentam níveis de cultura democrática maiores do que os mais jovens, gerando, assim, um cenário paradoxal em que os mais velhos são tanto aqueles com maior aderência à democracia quanto os que estão mais dispostos a relativizá-la em alguma medida. Algumas variáveis intervenientes podem nos ajudar a compreender esse cenário contraintuitivo. Primeiramente, quando verificamos que alguns indicadores de caracterização da amostra, relativos ao grupo etário dos idosos, são majoritariamente composto por aqueles que se identificam com o espectro político mais à direita (54,7%, em contraste com 41,5% entre os adultos e 34,9% entre os jovens) e também corresponde à faixa

etária com menor proporção de indivíduos que dizem conhecer pessoas próximas que tiveram sintomas graves de covid-19 (20%, em contraste com 32,1% entre os adultos e 30,9% entre os jovens), o que contraria os dados epidemiológicos que indicam que os idosos são os mais afetados pela doença.

Outro aspecto que ajuda a explicar esse cenário é o cruzamento das variáveis de faixa etária e classe social, o que revela que apenas uma minoria de idosos no painel é de classe baixa (13,6% – em contraste com 28,2% dos adultos e 41,2% dos jovens). Isso tudo leva a crer que as especificidades sociodemográficas da amostra, na qual o conjunto de idosos é mais abastado, identifica-se com a direita política e sofreu menos as consequências sanitárias da pandemia, ajuda a explicar a atipicidade dos nossos achados, indicando que a maioria dos indivíduos da faixa etária mais velha representa um grupo de democratas “formal” ou “instrumental”, que, embora se diga democrata num primeiro momento, pouco se comprometeria a defender e apoiar os princípios e as instituições democráticas até as últimas consequências em momentos mais críticos.

Podemos também lançar mão de testes estatísticos mais rigorosos para compreender esses achados, tais como os apresentados na Tabela 8, que dizem respeito aos coeficientes gama de correlação entre as variáveis de relativização da democracia e preferência democrática, por um lado, e relativização da democracia e posicionamento político no espectro esquerda-direita, por outro. No primeiro caso, como esperado, observamos uma correlação negativa (isto é, quanto maior a relativização da democracia, menor a preferência pelo regime democrático) entre essas duas variáveis para a amostra como um todo (-0,0493), correlação que é ainda mais negativa entre os idosos (-0,1129), revelando que a incongruência que observamos nos dados descritivos, a partir dos níveis máximos de relativização (concordância total) e de preferência democrática (concordância total), não se sustenta com um teste estatístico mais rigoroso que leve em conta todas as categorias de resposta (concordância total e parcial, e discordância total e parcial). Porém, também observamos que, no decorrer das ondas, a correlação negativa entre relativização e preferência democráticas diminuiu entre os idosos, o que indica que a força da divergência entre essas duas variáveis se abrandou nesse grupo etário ao longo da pandemia. Os dados indicam que a preferência pela democracia entre os segmentos de mais experiência política, os idosos, opera como um fator de contenção da relativização do regime, mesmo em circunstâncias em que esses segmentos correm risco relativo à sua saúde, como no caso da covid-19. Esse é um indicador de que valores da cultura política resistem a situações de crise como a pandemia; a crise sanitária não comprometeu a adesão à democracia no Brasil.

Já no segundo caso, observamos que, na amostra como um todo, a correlação entre relativização da democracia e posicionamento político é bastante negativa (-0,2417), indicando que indivíduos mais à esquerda (com valores próximos a 1 numa escala que vai de 1 até 10) tendem a relativizar menos o regime democrático. Fazendo o recorte apenas para os idosos, vemos que essa correlação negativa é ainda mais forte (-0,3342), revelando que idosos mais à esquerda rejeitam mais fortemente a relativização da democracia do que indivíduos à esquerda no geral. Ademais, também observamos que essa correlação negativa se intensificou no decorrer da pandemia, de modo que, na última onda da pesquisa, a correlação negativa alcançou seu pico (-0,3991), revelando que os idosos mais à esquerda intensificaram sua recusa da relativização do regime,

ao passo que os idosos mais à direita intensificaram sua aceitação da relativização. Esse resultado pode ter relação com a experiência política dos respondentes, no caso, com a tendência de valorização da democracia pelas forças de esquerda que ocorreu no processo de transição do autoritarismo para a democracia entre os anos 1970 e 1990 do século passado (WEFFORT, 1985).

Tabela 8 – Coeficientes gama de correlação entre relativização da democracia e preferência democrática e entre relativização da democracia e posicionamento político para a amostra geral, o segmento dos idosos e tal segmento ao longo das ondas de pesquisa

	<i>Amostra no geral</i>	<i>Entre os idosos</i>	<i>Entre idosos na Onda 1</i>	<i>Entre idosos na Onda 2</i>	<i>Entre idosos na Onda 3</i>
Relativização da democracia x Preferência democrática	-0,0493 (0,022)	-0,1129 (0,045)	-0,1582 (0,079)	-0,1631 (0,078)	-0,0331 (0,074)
Relativização da democracia x Posicionamento Esquerda-Direita	-0,2417 (0,018)	-0,3342 (0,033)	-0,2984 (0,062)	-0,2906 (0,057)	-0,3991 (0,053)

Erros-padrão assintóticos entre parênteses.

Fonte: Projeto Valores em Crise (SIVIS, 2021).

Outro resultado da pesquisa que merece destaque se refere à estagnação das variáveis de capital social ao longo da pandemia, como vimos com o caso da confiança interpessoal, o que contraria expectativas de geração de solidariedade e colaboração em ocasiões de tragédia e calamidade pública. Assim, se por um lado, no começo da pandemia, a proporção de indivíduos no painel que relatavam estar observando mais solidariedade em seus meios sociais era de 51,7%, por outro, ao fim da mesma já havia sido observada uma queda para 38,7%, com o concomitante crescimento da proporção de indivíduos que testemunhavam mais hostilidade no seu dia a dia. Portanto, embora em um primeiro momento a crise sanitária tenha fomentado algumas forças de capital social, o contexto político altamente conturbado do governo do dia desestimulou qualquer oportunidade de as pessoas se valerem dessa situação para avançar a democracia. A politização da pandemia e o conseqüente recrudescimento da polarização entre as principais forças políticas do país têm sido fatores propulsores de alta instabilidade para o regime democrático brasileiro, sem falar dos efeitos deletérios das tensões políticas sobre as próprias políticas sanitárias de contenção da pandemia, levando a resultados extremamente negativos do governo e da política de enfrentamento dessa crise, como indicam as quase 700 mil mortes que ocorreram em decorrência da crise sanitária (JASANOFF et al., 2021).

Outro importante achado da pesquisa é o substantivo aumento da confiança institucional em todos os estratos sociodemográficos (com exceção da classe baixa), o que sugere que as instituições como um todo poderão sair revigoradas da crise do coronavírus. Trata-se de algo central para o fortalecimento da democracia do país, especialmente se levarmos em consideração a tendência generalizada de décadas recentes de altos índices de desconfiança dos eleitores das principais instituições democráticas, como os partidos e o parlamento; desconfiança que a literatura

recente mostrou estar associada com as distorções e os déficits de funcionamento das instituições democráticas (MOISÉS e MENEGUELLO, 2013).

Nesse sentido, ao olharmos mais detidamente para o setor de saúde – que foi sem dúvida o mais demandado durante a pandemia – é possível constatar um crescimento de quase 20% da confiança ao longo das três ondas (de 44,5% na primeira, para 63,1% na última), revelando que as instituições mais colocadas à prova pela atual crise, e que atuaram no seu enfrentamento, poderão experimentar um revigoramento nos próximos anos, o que não deixa de ser auspicioso para a frágil democracia brasileira. Há que se ressaltar, contudo, que, como já foi comentado anteriormente, nosso painel contou com um contingente de indivíduos mais velhos, escolarizados e abastados do que registra a média nacional, de modo que, tendo em conta que a classe baixa foi a exceção no aumento da confiança institucional, é possível que um retrato mais fiel da população brasileira como um todo revelasse um cenário diferente quanto a esse aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo partiu dos microdados do projeto Valores em Crise, aplicado no Brasil pelo Instituto Sivos em parceria com o Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do IEA/USP, para discutir em que medida a cultura democrática foi afetada pela pandemia de covid-19 no país. Tal projeto se valeu de uma abordagem de painéis longitudinais para avaliar os valores e atitudes sociopolíticas de uma amostra nacional de brasileiros em três momentos distintos da pandemia. Os resultados revelaram uma ampla estabilidade da maioria das variáveis de valores democráticos ao longo da pandemia, sugerindo que a crise do coronavírus não afetou significativamente a cultura política dos brasileiros. Sendo assim, a hipótese de que uma crise das proporções da pandemia de covid-19 seria capaz de alterar substantivamente a estrutura de valores políticos e sociais de uma sociedade complexa como a brasileira parece não encontrar respaldo na evidência empírica.

Em conclusão, o cenário que a pandemia desenhou para a sociedade e a democracia brasileira não foi dos mais animadores, mas também não afetou substantivamente de modo negativo nossa cultura democrática. Sendo assim, podemos concluir que, diferentemente do que revelam pesquisas em países que estariam experimentando um “grande reset” do populismo, a cultura política dos brasileiros segue estabilizada, para o bem e para o mal. Isso não significa que o país passou ileso pela pandemia, já que as consequências nocivas da covid-19 sobre a saúde e a economia da nação deixaram marcas que dificilmente serão esquecidas. Felizmente, no entanto, depois de os níveis de vacinação aumentarem em resposta à pressão da mídia, da oposição e da opinião pública, o país começou a enxergar alguma luz no fim do túnel para a crise do coronavírus. Resta agora garantir que a sociedade brasileira extraia as lições necessárias dessa trágica experiência para fortalecer a democracia e, ao mesmo tempo, evitar a repetição de situações sociais e sanitárias tão delicadas quanto as vividas nos últimos anos.

SOBRE OS AUTORES

Diego Moraes: Pesquisador do Instituto Sivis. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre e Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Colaborador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do Instituto de Estudos Avançados da USP.

José Álvaro Moisés: Professor Sênior do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). Professor titular aposentado do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Coordenador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do IEA-USP. Mestre em Política e Governo pela Universidade de Essex e Doutor em Ciência Política pela USP.

REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. Newbury Park: SAGE Publications, 1989.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP). *Critério de classificação econômica Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2021.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.
3. BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 83-108, 2003. DOI: 10.1590/S0104-44782003000200007
4. BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: uma análise pós-eleições de 2014. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, p. 492-523, 2016. DOI: 10.1590/1807-01912016223492
5. BAYERLEIN, Michael et al. Populism and covid-19: how populist governments (mis)handle the pandemic. *Journal of Political Institutions and Political Economy*, v. 2, n. 3, p. 389-428, 2021. DOI: 10.1561/113.00000043
6. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
7. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: Biblioteca Azul, 2012.
8. FOA, Roberto et al. *The great reset: public opinion, populism, and the pandemic*. Cambridge, UK: Centre for the Future of Democracy, 2022.
9. FOA, Roberto et al. *Youth and satisfaction with democracy*. Cambridge, UK: University of Cambridge, 2020.
10. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
11. INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
12. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
13. INGLEHART, Ronald et al. (Eds.). *World Values Survey: All Rounds – Country-Pooled Datafile*. Madrid; Vienna: JD Systems Institute & WWSA Secretariat, 2020. [Version: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWVL.jsp>].
14. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: primeiro trimestre de 2020*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.
15. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
16. INTERNATIONAL IDEA. *The global state of democracy 2021: building resilience in a pandemic era*. Stockholm: International IDEA, 2021.
17. JASANOFF, Sheila et al. *Comparative covid response: crisis, knowledge, politics*. Boston: Harvard Kennedy School, 2021.
18. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Brazilian database, 2021. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
19. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2019. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
20. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2017. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
21. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2014. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].

22. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2012. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
23. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2010. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
24. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2008. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
25. LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT (LAPOP). *The Americasbarometer*. Project: Brazilian database, 2006. [Version: www.vanderbilt.edu/lapop].
26. LOUWERSE, Tom et al. Opposition in times of crisis: covid-19 in parliamentary debates. *West European Politics*, v. 44, n. 5-6, p. 1025-1051, 2021. DOI: 10.1080/01402382.2021.1886519
27. MENEGUELLO, Rachel. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. *International Review of Sociology*, v. 16, n. 3, p. 617-635, 2006. DOI: 10.1080/03906700600931426
28. MOISÉS, José Álvaro. Civic culture. In: BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo (Eds.). *International encyclopedia of political science*. Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 243-248.
29. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-41, 2008. DOI: 10.1590/S0102-69092008000100002
30. MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
31. MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (Eds.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
32. RENNÓ, Lucio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 36, p. 1-29, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.36.247120
33. REPUCCI, Sarah; SLIPOWITZ, Amy. *Freedom in the World 2022*. Washington, DC: Freedom House, 2022.
34. SCHWAB, Klaus. Now is the time for a 'great reset'. *World Economic Forum*, Jun 3, 2020. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2020/06/now-is-the-time-for-a-great-reset/>>. Acesso em: 19 set. 2022.
35. SILVA, Diego Rafael Moraes; MONT'ALVERNE, Camila. Identifying impacts of covid-19 pandemic on vulnerable populations: a mixed-methods approach. *Survey Research Methods*, v. 14, n. 2, p. 141-145, 2020. DOI: 10.18148/srm/2020.v14i2.7742
36. SIVIS. *Valores em Crise: base de dados integrada*. Curitiba: Instituto Sivos, 2021.
37. SMITH, Amy E. Covid vs. democracy: Brazil's populist playbook. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 4, p. 76-90, 2020. DOI: 10.1353/jod.2020.0057
38. V-DEM. *Democracy report 2022: autocratization changing nature?* Gothenburg, Sweden: V-DEM, 2022.
39. WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Submissão em: 06 ago. 2022

Aceito em: 07 set. 2022

